

PRS AEROPORTOS S.A

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2024

PRS AEROPORTOS S.A

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Acionistas e Administradores da  
PRS Aeroportos S.A.  
São Paulo - SP

### Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da PRS Aeroportos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da PRS Aeroportos S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, de base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2025.

# PRS AEROPORTOS S.A.

## Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	21.106	2.133
Contas a receber	5	27.586	14.128
Despesas antecipadas	6	848	529
Impostos a recuperar	7	1.835	203
Adiantamento a terceiros		121	54
Outros créditos	8	566	-
Total do ativo circulante		52.062	17.047
Ativo não circulante			
Despesas antecipadas	6	284	348
Partes relacionadas	9	301	321
Imobilizado	10	2.206	178
Intangível	11	285.837	274.626
Total do ativo não circulante		288.627	275.473
Total do ativo		340.689	292.520

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# PRS AEROPORTOS S.A.

## Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

### Passivo e patrimônio líquido

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante			
Fornecedores	12	1.742	3.086
Obrigações trabalhistas	13	3.166	2.058
Obrigações tributárias	14	8.881	1.521
Adiantamento de clientes		1	21
Total do passivo circulante		13.790	6.686
Passivo não circulante			
Dividendos a pagar	15	10.868	602
Total do passivo não circulante		10.868	602
Patrimônio líquido			
Capital social	15	283.301	283.301
Reserva legal	15	1.667	127
Reserva de lucros (prejuízos acumulados)		31.064	1.804
Total do patrimônio líquido		316.031	285.232
Total do passivo e patrimônio líquido		340.689	292.520

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# PRS AEROPORTOS S.A.

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Notas	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
Receita líquida	16	109.827	30.335
Custo dos serviços prestados	17	(32.596)	(9.984)
Lucro bruto		77.231	20.351
Receitas/(despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	17	(15.571)	(12.293)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	-	(58)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		61.660	8.000
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	18	1.003	2.926
Despesas financeiras	18	(1.858)	(153)
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		60.805	10.773
Imposto de Renda e Contribuição Social	19	(19.738)	(4.102)
Lucro líquido do exercício		41.067	6.671

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# PRS AEROPORTOS S.A.

## Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
Lucro líquido do exercício	41.067	6.671
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	41.067	6.671

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



# PRS AEROPORTOS S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

	Capital social		Reserva legal	Lucros não destinados aguardando deliberação	Lucro (prejuízo) acumulado	Total
	Subscrito	A integralizar				
Constituição da Companhia em 18 de outubro de 2022	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital	1	-	-	-	-	1
Aumento de capital social	280.000	(275.000)	-	-	-	5.000
Prejuízo do período compreendido entre 18 de outubro de 2022 (constituição da Companhia) e 31 de dezembro de 2022	-	-	-	-	(4.139)	(4.139)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022 (não auditado)</b>	<b>280.001</b>	<b>(275.000)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(4.139)</b>	<b>862</b>
Aumento de capital	74.400	203.900	-	-	-	278.300
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	6.671	6.671
Constituição da reserva legal	-	-	127	-	(127)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(601)	(601)
Destinação dos lucros acumulados	-	-	-	1.804	(1.804)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>354.401</b>	<b>(71.100)</b>	<b>127</b>	<b>1.804</b>	<b>-</b>	<b>285.232</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	41.067	41.067
Constituição da reserva legal	-	-	1.540	-	(1.540)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(10.267)	(10.267)
Destinação dos lucros acumulados	-	-	-	35.933	(35.933)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>354.401</b>	<b>(71.100)</b>	<b>1.667</b>	<b>37.737</b>	<b>(6.673)</b>	<b>316.032</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# PRS AEROPORTOS S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	41.067	6.671
Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciações	216	30
Amortização sobre direito de outorga	6.185	1.835
	<u>47.468</u>	<u>8.536</u>
Variações nos ativos e passivos operacionais (Diminuição)/aumento dos ativos operacionais:		
Contas a receber	(13.458)	(14.128)
Despesas antecipadas	(255)	(877)
Adiantamento de terceiros	(67)	(54)
Impostos a recuperar	(1.632)	(203)
Outras contas a receber	(566)	-
Aumento/(diminuição) dos passivos operacionais:		
Fornecedores	(1.344)	3.086
Obrigações trabalhistas	1.108	1.984
Obrigações tributárias	7.360	1.199
Adiantamento de clientes	(20)	21
	<u>38.594</u>	<u>(436)</u>
Caixa aplicado nas operações		
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(2.248)	(208)
Aquisição de intangível	(17.393)	(276.410)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(19.641)</u>	<u>(276.618)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital social	-	278.300
Empréstimos a partes relacionadas	20	(321)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	<u>20</u>	<u>277.979</u>
	<u>18.973</u>	<u>925</u>
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.133	1.208
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	21.106	2.133
	<u>18.973</u>	<u>925</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 1. Contexto operacional

A PRS Aeroportos S.A. (“Companhia”) é uma investida e controlada direta da PAX Investimentos em Aeroportos S.A. A PRS Aeroportos S.A. Foi constituída em 18 de outubro de 2022, com a única e exclusiva finalidade de realizar a prestação dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária dos Complexos Aeroportuários integrantes do Bloco Aviação Geral, propriamente o Aeroporto Campo de Marte - São Paulo/SP (SBMT) e Aeroporto de Jacarepaguá - Roberto Marinho - Rio de Janeiro/RJ (SBJR), em conformidade com as condições e especificações do contrato de concessão firmado entre a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC e a PRS Aeroportos S.A (“Contrato de Concessão”), em virtude do êxito no processo licitatório promovido pelo Poder Concedente nos termos do Edital do Leilão no 01/2022 (“Edital do Leilão”).

### Aeroporto Campo de Marte

O Aeroporto Campo de Marte está localizado na cidade de São Paulo, no estado de São Paulo. Ele é conhecido como um aeroporto voltado para a aviação geral e executiva. Atualmente é utilizado principalmente para operações de táxi aéreo, escolas de aviação, aviação executiva e serviços de helicóptero e como base de apoio da Polícia Militar e seus helicópteros Águia.

O Campo de Marte possui uma pista asfaltada com 1.600 metros de comprimento, que permite a operação de aeronaves de pequeno e médio porte. Também possui um terminal de passageiros para atendimento aos voos executivos. Além disso, o aeroporto conta com uma série de serviços e facilidades para aviação, como hangares, abastecimento de combustível, oficinas de manutenção e serviços de apoio.

### Aeroporto de Jacarepaguá

O Aeroporto de Jacarepaguá está localizado na cidade do Rio de Janeiro, no bairro de Jacarepaguá. Também é conhecido como Aeroporto de Jacarepaguá - Roberto Marinho, em homenagem ao empresário brasileiro Roberto Marinho. Assim como o Campo de Marte, é um aeroporto voltado para a aviação geral e executiva, com alta movimentação de operação offshore.

O aeroporto possui uma pista asfaltada com 900 metros de comprimento e é adequado para a operação de aeronaves de pequeno e médio porte. Além disso, conta com um terminal de passageiros e diversos serviços para aviação, como hangares, abastecimento de combustível, serviços de manutenção e apoio em solo.

## Contrato de concessão

### Objeto

O contrato tem por objetivo a concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária a serem implementadas nas seguintes fases:

- Fase I-A - Transferência das operações dos Aeroportos sob comando da Infraero para a Concessionária (fase concluída, com transição operacional do Aeroporto de Campo de Marte no dia 15 de agosto de 2023, e do Aeroporto de Jacarepaguá no dia 1o de setembro de 2023);
- Fase I-B - Ampliação e adequação dos Aeroportos pela Concessionária para atendimento às especificações mínimas de infraestrutura aeroportuária e recomposição total do nível de serviço estabelecido no Plano de Exploração Aeroportuária "PEA" (Fase com conclusão prevista para 1º de maio de 2026);
- Fase II - Cumprimento integral das obrigações estabelecidas no PEA, incluindo ampliação, manutenção e exploração dos Aeroportos de acordo com as Especificações mínimas de infraestrutura aeroportuária e o nível de serviço requerido, conforme contrato de concessão (fase com início após a fase I-B e vigente durante todo o tempo restante de concessão).

### Prazo de vigência

O contrato de concessão tem prazo de 30 (trinta) anos, podendo ser prorrogado uma única vez por até 5 anos, sendo a concessão outorgada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

### Contribuição ao sistema

Pelo direito de exploração do Bloco de Aviação Geral, englobando os Aeroportos Campo de Marte e Jacarepaguá, a Concessionária, com a assinatura do contrato de concessão, se comprometeu a desembolsar o total de R\$ 141.400.000, sendo o saldo corrigido desde agosto de 2022, mês de realização da sessão pública do leilão, pelo IPCA-IBGE, em conta a favor do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), a título de outorga fixa. Em conformidade com o aditamento ao contrato de concessão que alterou o fluxo de pagamento da outorga fixa original, nos termos da Lei no 13.499/2017 e da Portaria no 135/ MTPA, o montante, em valores reais, passa a ser R\$ 145.980.000 decorrente da reprogramação, permanecendo inalterado o valor presente líquido da outorga fixa original.

O contrato de concessão também prevê a realização do pagamento da contribuição variável anual, em reais, a partir do quinto ano-calendário completo de concessão, resultante da aplicação de uma alíquota sobre a totalidade da receita bruta anual. A alíquota será implementada conforme o quadro a seguir.

<b>Período</b>	<b>Alíquota</b>
Da data de eficácia do contrato até o quarto ano-calendário completo	Zero
Quinto ano	3,05%
Sexto ano	6,10%
Sétimo ano	9,15%
Oitavo ano	12,20%
A partir do novo ano até o final da concessão	15,25%

#### Bens integrantes da concessão

Integram a concessão os bens necessários a prestação do serviço de exploração aeroportuária já disponibilizados pelo poder público e incorporados à operação da Concessionária, tais como edificações, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos, pistas de pouso e decolagem, pátios de manobra, dentre outros.

#### Direitos e deveres gerais

Durante o período do contrato, a Concessionária tem por obrigação cumprir e fazer cumprir integralmente o Contrato de Concessão, atendendo às exigências e dar o devido tratamento às recomendações ou observações feitas pela ANAC, manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, os bens necessários à prestação dos serviços que integram a concessão, além de manter um sistema de atendimento físico e eletrônico ao usuário e uma ouvidoria para apurar as reclamações relativas aos serviços prestados.

#### Investimentos

Os custos com obras e intervenções nos bens do poder público, previstos no contrato de concessão, serão contabilizados no intangível, pois não há previsão no contrato de concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela Concessionária. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados ao complexo aeroportuário.

#### Remuneração da Concessionária

- Receitas tarifárias: são constituídas, pelas tarifas de embarque, conexão, pouso e permanência, armazenagem e capatazia.
- Receitas não tarifárias: são constituídas, por cessão de espaço inerentes à exploração dos espaços comerciais e outros.

#### Transferência da concessão e do controle societário

A Concessionária e seu acionista privado não poderão realizar qualquer modificação direta ou indireta nos respectivos controles societários ou transferir a concessão sem a prévia e expressa anuência da ANAC, sob pena de caducidade do contrato.

#### Utilização do complexo aeroportuário - disposições gerais

A Concessionária poderá celebrar com terceiros, prestadores de serviços de transporte aéreo, de serviços auxiliares ao transporte aéreo ou exploradores de outras atividades econômicas, contratos que envolvam a utilização de espaço no complexo aeroportuário, sendo que, a remuneração será livremente pactuada entre a Concessionária e a outra parte contratante.

## 2. Base de preparação

### a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial pela NBC TG 26, e ainda em conformidade com a Lei n.º 6.404, de 1976, com as alterações contidas nas Leis n.ºs 11.638, de 2007 e 11.941, de 2009, bem como, em conformidade com a Lei n.º 5.764, de 1971, e NBC-ITG 2004, de 2017.

Afirmamos que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração da companhia na sua gestão.

As presentes demonstrações contábeis foram apresentadas e aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária em reunião realizada no dia 28 de fevereiro de 2025.

### b. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, sendo esta a moeda funcional e de apresentação da companhia. As transações em moedas estrangeiras são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada exercício, os itens em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas vigentes. As variações cambiais sobre esses itens são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorrerem.

c. Continuidade

A Administração considera que a PRS Aeroportos S.A possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a PRS Aeroportos S.A exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 5: Contas a receber de clientes;
- Nota Explicativa nº 8: Outros créditos.
- Nota Explicativa nº 11: Ativo intangível.

e. Características qualitativas das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância do regime de competência, observando a relevância, materialidade, representação fidedigna, comparabilidade, verificabilidade, tempestividade, compreensibilidade, conforme determina a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL, Resolução CFC n.º 1.374/2011, exceto a Demonstração dos Fluxos de Caixa que está de acordo com a Resolução CFC nº 1.296/2010, NBC TG 03.

3. Políticas contábeis materiais

a) Contrato de concessão - ICPC 01 (R1)

A Concessionária contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) IFRIC 12 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva estimada de utilização dos serviços da Concessionária dentro do prazo do contrato de concessão.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras cujo vencimento seja de até 90 dias da data da aplicação, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado.

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado.

c) Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é inferior a 12 meses as contas a receber são classificadas no ativo circulante, e caso o prazo de recebimento seja superior a 12 meses então as contas a receber serão classificadas no ativo não circulante.

As contas a receber são reconhecidas pelo valor justo, que coincide com os valores faturados incluindo os respectivos impostos diretos, menos os impostos retidos na fonte.



d) Impostos a recuperar

Impostos a recuperar correspondem a valores de crédito superiores a débitos tributários e que serão usados como compensação ao pagamento de próximos impostos.

Se o prazo de utilização estimado de utilização desses impostos é inferior a 12 meses, são classificados no ativo circulante, e caso o prazo de utilização estimado seja superior a 12 meses então são classificados no ativo não circulante.

e) Imobilizado

O ativo imobilizado da PRS Aeroportos S.A está mensurado ao custo amortizado, menos encargos de depreciação, nos moldes determinados pela legislação em regência. Os custos de aquisição incluem os encargos financeiros imputados durante o período de construção, mais despesas relacionadas a aquisição para colocar os ativos em condições pretendidas de uso.

Os bens são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos encontram-se disponíveis para serem utilizados no uso pretendido, exceto por terrenos que não são depreciados.

f) Intangível

Refere-se ao direito de operar o aeroporto durante o período de concessão. Esse direito é um ativo intangível identificável com vida útil definida e controlado pela Companhia, que surge do contrato de concessão celebrado com o governo conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada. No caso da concessão de aeroportos, o ativo intangível da concessão é amortizado ao longo do período de concessão, que é o período em que a Companhia tem o direito de operar o aeroporto. A amortização é calculada utilizando um método sistemático e racional ao longo do período de concessão, refletindo o consumo dos benefícios econômicos do ativo intangível ao longo do tempo. e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível seja por venda ou por redução ao valor recuperável são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

g) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor líquido excede o valor recuperável, é efetuado o ajuste de *impairment*. Não houve registro de perdas decorrentes de redução de valor recuperável dos ativos para os exercícios de 2024 e 2023.

h) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros mantidos para venda conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Todos os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescido, no caso de investimentos não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, impostos a recuperar e outros recebíveis.

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros na categoria empréstimos e recebíveis.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não há instrumentos financeiros derivativos.

i) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a PRS Aeroportos S.A tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

j) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos, quando tomados, após o seu reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecido na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

k) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

i. Demais ativos circulantes e não circulantes

Os ativos circulantes e não circulantes foram reconhecidos à medida que existia probabilidade de benefício econômico futuro para a PRS Aeroportos S.A e que seu custo ou valor pudesse ser medido em bases confiáveis. Como base de mensuração dos ativos foi aplicado o custo histórico, custo histórico amortizado e o valor justo.

Foram considerados como ativo circulante todos os ativos que se espera realizar, vender ou consumir durante o ciclo operacional normal da PRS Aeroportos S.A; quando o ativo for mantido essencialmente com a finalidade de negociação; espera realizá-lo no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; ou o ativo for caixa ou equivalente de caixa. Todos os demais ativos foram classificados como não circulantes.

ii. Demais passivos circulantes e não circulantes

O reconhecimento dos passivos circulantes e não circulantes foi realizado à medida que existia probabilidade de redução de benefício econômico futuro e que o valor pudesse ser estimado de maneira confiável. Foram classificados como passivo circulante aqueles que a PRS Aeroportos S.A espera liquidar durante o ciclo operacional normal; o passivo for mantido essencialmente para a finalidade de negociação; o passivo for exigível no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; ou a PRS Aeroportos S.A não tiver direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data de divulgação. Todos os demais passivos foram classificados como não circulantes.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo e o risco de cada transação. A contrapartida dos Ajustes a Valor Presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

l) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício são calculados sobre o resultado dos atos não cooperativos com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de Contribuição Social.

m) Reconhecimento de receita

i. Receita tarifaria

Receitas tarifárias são os valores cobrados para a utilização das instalações e serviços do aeroporto por companhias aéreas, passageiros e operadores de aeronaves. Essas receitas são essenciais para a operação, manutenção e desenvolvimento da infraestrutura aeroportuária.

As tarifas podem ser divididas em várias categorias:

1. Tarifa de Pouso: remunera a pista de pouso, cobradas dos operadores aeronáuticos e companhias aéreas pelo uso da pista para pouso;
2. Tarifa de Permanência: remunera a pista de taxi e as áreas de permanência, cobradas pela utilização do espaço no aeroporto para estacionar aeronaves;
3. Tarifa de Embarque: remunera o terminal de passageiros, abrangendo o embarque, desembarque, orientação, conforto e segurança, e são arrecadadas pelas empresas aéreas, recolhidas posteriormente pelo operador do aeródromo.

Também há outras tarifas que podem ser cobradas na operação aeroportuária, como de conexão, armazenagem e capatazia, mas não houve cobrança dessas tarifas durante o exercício social de 2024.

ii. Receita não tarifaria

Receitas não tarifárias referem-se a todas as receitas geradas que não estão diretamente relacionadas às tarifas de serviços aeroportuários cobradas dos passageiros, companhias aéreas ou operadores de aeronaves. Essas receitas podem incluir, mas não se limitam a:

1. Receitas de cessão de espaço comercial dentro do aeroporto, como lojas, restaurantes, quiosques, aluguel de carros, hangares, entre outros;
2. Receitas de publicidade e patrocínio dentro do aeroporto, como anúncios em painéis, displays digitais ou outras áreas comerciais;
3. Receitas de estacionamento, tanto de passageiros quanto de funcionários e prestadores de serviços; e

4. Receitas de serviços adicionais oferecidos pelo aeroporto, como serviços de bagagem, inspeção, serviços de transporte terrestre, entre outros.

iii. Receita financeira

A PRS Aeroportos S.A reconhece a receita financeira com base no método da taxa de juros efetiva pelo regime de competência.

- n) Custo dos serviços prestados, despesas gerais e outras despesas e receitas

São registrados pelo regime de competência.

- o) Adoção inicial de novas normas e alterações

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

- a) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis

O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos:

- O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período;
- Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a *covenants*, tais *covenants* afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o *covenant* existir no final do período do relatório ou antes dele;
- A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação; e
- No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial.

Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas do Grupo. No entanto, a classificação de certos empréstimos contraídos mudou de não circulante para circulante como resultado da aplicação das emendas para o exercício atual, bem como para o período comparativo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de Reais)

---

Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2024

Para as seguintes normas ou alterações a Administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2 - exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025;
- b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- c) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras - a nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;
- e) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública - Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

Atualmente, a PRS Aeroportos S.A está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Companhia avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que as mesmas são emitidas pelo IASB. A Companhia não acredita que as alterações à IAS 1, na sua forma atual, terão um impacto significativo na classificação de seus passivos, uma vez que o recurso de conversão em seus instrumentos de dívida conversível é classificado como um instrumento patrimonial e, portanto, não afeta a classificação de sua dívida conversível como passivo não circulante.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de Reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Bancos conta movimento	295	138
Aplicações financeiras (i)	20.812	1.995
	<u>21.106</u>	<u>2.133</u>

- (i) As aplicações são remuneradas por taxas variáveis, com média de 103% do CDI a.a., tendo como contraparte bancos de primeira linha.

Além das aplicações automáticas em 2024 a companhia efetuou aplicações nos fundos Itaú High Grade RF CP com rendimento de 107% do CDI a.a., e o Itaú RF DI Grau com rendimento de 101% do CDI a.a.

A PRS Aeroportos S.A adota como política de composição de caixa a manutenção dos recursos disponíveis suficientes para a liquidação de compromissos semanais, permanecendo o excedente mantido em aplicações de alta liquidez, podendo ter sua conversão, a qualquer momento, em caixa.

5. Contas a receber

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber	28.539	14.128
(-) PECLD	(954)	-
	<u>27.583</u>	<u>14.128</u>

Vencimentos	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	16.181	8.743
Vencidos em até 30 dias	2.777	2.821
Vencidos entre 31 e 90 dias	2.367	2.564
Vencidos acima de 91 dias	7.215	-
	<u>28.539</u>	<u>14.128</u>

A seguir, está demonstrada a movimentação da PECLD:

	2024	2023
Saldos Iniciais	-	-
(-) Adições do exercício	(954)	-
(+) Reversões do período	-	-
Saldos Finais	<u>(954)</u>	<u>-</u>

6. Despesas antecipadas

Seguros	31/12/2024	31/12/2023
Danos materiais	21	15
Responsabilidade civil geral (i)	472	377
Executante concessionário (ii)	415	457
Indenização á reclamações de terceiros	-	28
D&O	33	-
Total de Seguros	<u>940</u>	<u>877</u>
Outras despesas antecipadas	191	-
Circulante	848	529
Não circulante	284	348

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de Reais)

- (ii) Os contratos de seguro de Responsabilidade Civil Geral são essenciais para proteger a empresa contra danos materiais e ações emergenciais relacionados a terceiros. Foram firmadas apólices de seguro com as empresas Starr (Responsabilidade Civil de Hangar) com limite máximo de U\$ 50.000 e AIG (Responsabilidade Civil Geral), com limite máximo de R\$ 60.000;
- (iii) Pelo contrato de concessão, há o dever de manter em vigor a Garantia de Execução Contratual durante toda a vigência do contrato e 24 meses após o término. Essa condicionante tem o papel de garantir o fiel cumprimento das obrigações do contrato pela concessionária e poderá ser executada pelo poder concedente, ANAC, nas hipóteses previstas na subseção 9 do capítulo 3 do contrato. Podendo ser feito sob as modalidades de caução, seguro-garantia ou fiança bancária, a PRS Aeroportos optou pelo seguro-garantia, contratando a seguradora Pottencial com vigência de 5 anos.

7. Impostos a recuperar

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ (i)	1.161	146
CSLL (i)	412	57
IRRF Aplicações Financeiras	98	-
IRRF retido sobre Órgãos Públicos (ii)	164	-
	<u>1.835</u>	<u>203</u>

- (i) Saldo negativo de IRPJ e CSLL referente a 2023.  
(ii) IRRF retido sobre o faturamento fixo de órgãos públicos.

8. Outros créditos

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Valores a recuperar de Fornecedores	14	-
Valores a recuperar rateio de utilidades (i)	456	-
Bloqueio Bancário - Depósito Judicial	96	-
	<u>566</u>	<u>-</u>

- (i) Valores estimados para cobrança do rateio de utilidades aos cessionários.

9. Partes relacionadas

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Pax Investimentos em Aeroportos S.A	301	321
	<u>301</u>	<u>321</u>



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de Reais)

10. Imobilizado

a) Composição:

	Taxa Anual Depreciação	2024			2023		
		Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Total	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Total
Moveis e utensílios	10%	304	(14)	290	1	-	1
Equipamentos de Informática	20%	537	(102)	435	207	(30)	177
Máquinas e equipamentos	10%	750	(14)	736	-	-	-
Veículos de inspeção	20%	862	(115)	746	-	-	-
		<u>2.452</u>	<u>(246)</u>	<u>2.206</u>	<u>208</u>	<u>(30)</u>	<u>178</u>

b) Movimentação:

	Moveis e utensílios	Equipamentos de Informática	Máquinas e equipamentos	Veículos de inspeção	Total
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	1	177	-	-	178
Adições	304	333	750	862	2.248
Baixas	(1)	(2)	-	-	(3)
Depreciação	(14)	(73)	(14)	(115)	(216)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	<u>289</u>	<u>435</u>	<u>736</u>	<u>746</u>	<u>2.206</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de Reais)

11. Intangível

a) Composição:

	2024			2023		
	Custo de Aquisição	Amortização Acumulada	Total	Custo de Aquisição	Amortização Acumulada	Total
Direito de uso de infraestrutura concedida	272.976	(6.122)	266.854	274.811	(1.835)	272.976
Benfeitorias no direito de concessão	3.207	(12)	3.196	-	-	-
Gerenciamento e Projetos	14.743	(50)	14.692	-	-	-
Obras em andamento	1.095	-	1.095	1.652	-	1.652
Outros	-	-	-	8	-	8
	<u>292.021</u>	<u>(6.185)</u>	<u>285.837</u>	<u>276.471</u>	<u>(1.835)</u>	<u>274.636</u>

b) Movimentação:

	Direito de uso de infraestrutura concedida	Benfeitorias no direito de concessão	Gerenciamento e Projetos	Obras em andamento	Total
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	272.976	-	-	1.652	274.628
Adições	-	3.203	14.191	-	17.393
Baixas	-	-	-	-	-
Transferências	-	5	552	(557)	-
Amortização (i)	(6.122)	(12)	(50)	-	(6.185)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	<u>266.854</u>	<u>3.196</u>	<u>14.692</u>	<u>1.095</u>	<u>285.837</u>

- (i) A taxa de amortização do intangível é calculada conforme as diretrizes do ICPC 01/IFRIC 12, utilizando o método da curva de demanda. A companhia adotou como base a estimativa da Movimentação de Tráfego Aéreo (MTA), desenvolvida a partir de estudos realizados desde o início da concessão. Para mitigar possíveis desvios, a companhia monitora continuamente a diferença entre os valores estimados e os realizados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de Reais)

12. Fornecedores

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores nacionais	1.742	3.086
	1.742	3.086

Abertura por vencimento:

Faixa	2024	2023
À vencer	1.706	2.825
Vencidos até 120 dias	36	261
Total	1.742	3.086

13. Obrigações trabalhistas

	31/12/2024	31/12/2023
Participação nos lucros e resultados	1.758	1.347
Provisão de férias	1.017	435
IRRF a recolher	141	87
INSS a recolher	189	146
FGTS a recolher	62	43
	3.166	2.058

14. Obrigações tributárias

	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ e CSLL a Recolher (i)	6.018	-
PIS e COFINS a Recolher	2.346	1.067
ISS a Recolher	296	144
INSS a Recolher	103	136
CSRF a Recolher	97	155
IRRF a Recolher	21	19
	8.881	1.521

(i) Em 2024, a Companhia apurou Lucro Real em bases trimestrais.

15. Patrimônio Líquido

a. Capital social

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Capital Social	283.301	283.301
	283.301	283.301

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de Reais)

A empresa PRS Aeroportos S.A. recebeu aportes da PAX Aeroportos S.A. nas datas:

- Primeiro aporte dia 29 de novembro de 2022 - R\$ 5.001;
- Segundo aporte dia 13 de fevereiro de 2023 - R\$ 129.300;
- Terceiro aporte dia 28 de fevereiro de 2023 - R\$ 149.000.

A PRS Aeroportos S.A. possui capital a integralizar de R\$ 71.100 que deverá ser integralizado em moeda corrente nacional até abril de 2026.

Todos os eventos acima estão contabilizados devidamente como "Capital social" nas demonstrações contábeis.

b. Reserva legal

De acordo com o estatuto social da Companhia 5% do lucro líquido apurado será destinado para a constituição de reserva legal, até que se atinja o valor correspondente a 20% do capital social, a constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Constituição de reserva legal	1.540	127
	<u>1.540</u>	<u>127</u>

c) Reserva de dividendos

De acordo com o estatuto social da Companhia, após constituição da reserva legal, 25% do lucro líquido será destinado aos acionistas a título de dividendo obrigatório, compensados os dividendos intermediários que tenham sido declarados no curso do exercício e o valor sobre o capital próprio. Ao final de 2024, baseado no cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios, a Companhia provisionou R\$ 10.267 a título de dividendos a pagar (R\$ 601 em 31 de dezembro de 2023).

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Dividendos mínimos obrigatórios	10.868	601
	<u>10.868</u>	<u>601</u>

16. Receita operacional líquida

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Receita tarifaria	26.479	6.824
Receita não tarifaria	96.854	26.972
(-) Impostos sobre receitas tarifarias e não tarifarias	(13.423)	(3.461)
(-) Desconto comercial (i)	(82)	-
	<u>109.827</u>	<u>30.335</u>

(i) Desconto concedido por meio do incentivo de voos da Azul Conecta.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de Reais)

17. Custos de serviços e despesas gerais e administrativas

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal e administradores	(13.377)	(7.504)
Consultoria e serviço de terceiros	(17.973)	(8.518)
Depreciação (nota explicativa 10)	(216)	(30)
Amortização de direito de uso da infra aeroportos (nota explicativa 11)	(6.185)	(1.835)
Água, energia e esgoto	(2.596)	(2.474)
Manutenção e reparos	(4.245)	(198)
Material de uso e consumo	(578)	(209)
Viagens e locomoções	(557)	(900)
Seguros e Associações	(1.267)	(608)
Outras receitas e despesas operacionais	(221)	(59)
PECLD	(954)	-
<b>Total</b>	<b>(48.168)</b>	<b>(22.335)</b>
Custo dos serviços prestados	(32.596)	(9.984)
Despesas gerais e administrativas	(15.571)	(12.293)
Outras receitas e despesas operacionais	-	(58)
<b>Total</b>	<b>(48.167)</b>	<b>(22.335)</b>

18. Resultado financeiro

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Receitas Financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	745	3.026
Variação cambial ativa	-	41
Juros ativos	307	-
(-) PIS e COFINS sobre rendimentos financeiros	(49)	(141)
	1.003	2.926
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(88)	(64)
IOF	(26)	(71)
Descontos concedidos	(6)	-
Juros e multas	(1.739)	(18)
	(1.858)	(153)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(855)</b>	<b>2.773</b>

19. Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes do IRPJ/CSLL	60.805	10.773
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL	20.674	3.663
Equivalência patrimonial	-	-
Demais adições e exclusões, líquidas	284	439
Créditos tributários (i)	(1.220)	-
Despesa de IRPJ e CSLL	19.738	4.102
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>32%</b>	<b>38%</b>

(i) Reconhecimento dos créditos decorrentes do saldo negativo de IRPJ e CSLL.

## 20. Provisões para Contingências

A PRS Aeroportos S.A, no curso normal de sua atividade, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, os valores são provisionados. Em 31 de dezembro de 2024 a PRS Aeroportos S.A não possuía nenhum valor a ser provisionado com essa rubrica, em conformidade com o parecer formalizado por sua área jurídica.

Como causa possível, destaca-se um processo de apelação cível movido pela TIM S.A que pleiteia a manutenção de suas antenas nos aeroportos sem pagamento, com base na Lei Geral de Antenas, que prevê o direito de passagem gratuita para a instalação de antenas em bens públicos de uso comum. A sentença de primeira instância foi favorável à Infraero (antecessor a PRS Aeroportos) por considerar o aeroporto um bem público de uso especial. O processo está na fase de apelação, com decisão que autoriza o depósito judicial dos valores controvertidos, com a permanência das antenas da TIM nos aeroportos. Valor causa estimada em R\$ 421.746,72.

## 21. Pessoal-chave

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não foram identificadas transações entre partes relacionadas além da remuneração do pessoal-chave da Administração, remunerações essas registradas no grupo de despesas com pessoal totalizando R\$ 2.822.592,87.

A PRS Aeroportos S.A não possui outro tipo de remuneração tais como benefícios pós-emprego ou outros benefícios de longo prazo.

O pessoal chave compreende o Conselheiro de Administração, cujas atribuições, poderes e funcionamento são definidos no Estatuto Social da PRS Aeroportos S.A. Os conselheiros são os representantes legais, responsáveis tanto pela administração no aspecto operacional, quanto pelo desenvolvimento das políticas e diretrizes gerais. São eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 2 anos, sendo permitida a reeleição nos moldes da Lei nº 5.764/71.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de Reais)

22. Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

	Valor contábil			Valor justo			
	Designado ao valor justo	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Em 31/12/2024							
Ativos financeiros							
Caixa e equivalentes de caixa	20.106	-	20.106	20.106	-	-	20.106
	Valor contábil			Valor justo			
	Designado ao valor justo	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Em 31/12/2023							
Ativos financeiros							
Caixa e equivalentes de caixa	2.133	-	2.133	2.133	-	-	2.133

Valor justo x valor contábil

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

c. Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. Os gestores de cada departamento se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

d. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer perda caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente do contas a receber de clientes e outros recebíveis e caixa e equivalentes de caixa.

e. Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi 21.106 (R\$ milhões) relativo ao saldo de caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 6).

f. Risco de liquidez

O risco de liquidez é medido pela capacidade da PRS Aeroportos S.A cumprir com suas obrigações de curto, médio e longo prazo, tendo presente a sua estrutura de reservas financeiras, de ativos e linhas de créditos disponíveis para captação de novos recursos e, principalmente seus fluxos de caixa.

Na data base das demonstrações contábeis o índice de liquidez corrente e liquidez geral eram de 3,80 e 3,82 respectivamente, não havendo indicativos de falta de capacidade de liquidação das obrigações existentes, sejam de curto, médio ou longo prazo.

g. Risco de mercado

Risco de mercado são as alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros que impactam nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Pelas transações e operações em aberto, o risco relevante é o risco da taxa de juros.



h. Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

A Companhia possui contabilizado dentro da rubrica de caixa e equivalentes de caixa 12.418 (R\$ milhões) de aplicação financeira indexada à taxa pós fixada, substancialmente CDI, e não considerada risco de mercado para essa operação. Além disso possui aplicação em fundos de 8.393 (R\$ milhões), classificado em baixo risco.

i. Derivativos

Na data do balanço não existiam quaisquer operações em aberto envolvendo o mercado de derivativos com objetivo de cobertura de riscos ou que pudesse oferecer riscos de qualquer natureza.

23. Transações sem efeito caixa

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 15 (c), ao final de 2024, baseado no cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios, a Companhia provisionou R\$ 10.267 a título de dividendos a pagar. Essa transação não afetou caixa e foi excluída das demonstrações dos fluxos de caixa.

24. Eventos subsequentes

Durante a execução de procedimentos técnicos e contábeis, a PRS Aeroportos S.A. identificou como evento subsequente relevante para as demonstrações contábeis de exercícios futuros a emissão de debêntures tendo como coordenador líder o Itaú BBA S.A. e agente fiduciário a VORTX Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, prevista para 07 de março de 2025. O montante total da emissão foi de 170 (R\$ milhões), com o objetivo de garantir recursos suficientes para sustentar o fluxo de caixa destinado aos investimentos em obras de melhorias nos aeroportos administrados pela companhia.